

Luiza Wermelinger Nogueira de Almeida

Mestranda em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: luizawermelinger02@gmail.com

Além das aparências: navegando da subjetivação ao indivíduo capitalista

Resumo

O presente artigo propõe-se a explorar as relações sociais de produção dentro do contexto capitalista, destacando a recuperação da diferença, entendida com operante do movimento de luta de classes, como uma categoria crítica fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais. Partindo desse ponto, aborda-se a produção de valor através do trabalho abstrato como um elemento-chave para entender a constituição e expansão capital no mercado mundial. A análise revela a regulação das relações sociais por meio de trocas mercadológicas, a fetichização da subjetividade e a presença de uma violência civilizada. Destaca-se, então, a importância de reconstruir a subjetividade em meio à dominação internalizada, ao mesmo tempo em que se examina a formação da classe e a constituição das categorias sociais, superando abordagens dicotômicas, identitárias e reducionistas. Enfatiza-se a inversão do sujeito social no objeto econômico na realidade capitalista, ressaltando a importância do processo de abstração na compreensão desses fenômenos. Nesse contexto, a análise do território como prática e a interação entre espaço e tempo contextualizadas proporcionam uma perspectiva dinâmica na compreensão das relações sociais, emergindo como um *locus* de resistência. Diante dessas considerações, destaca-se a urgência de resgatar formas alternativas de organização social, pavimentando caminhos onde a categoria emancipadora possa ser, de fato, materializada. Isso evidencia a necessidade de reconfigurar as estruturas sociais em prol de uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente emancipada.

Palavras-chave: Subjetividade, Trabalho, Exploração, Hierarquização, Território.

Introdução

No contexto atual marcado por crises multifacetadas, que envolvem colapsos econômicos, intensificação das mudanças climáticas, agravamento da crise ecológica, surtos epidemiológicos, conflitos armados e o fortalecimento de movimentos de extrema-direita, observa-se o acirramento das desigualdades, tanto em termos materiais quanto sociais. Esse cenário conduz a uma

intensificação das formas de violência direcionadas à terra e a corpos específicos no sistema capitalista, resultado da busca incessante por lucros às custas da destruição de ecossistemas, de guerras e do poder econômico, culminando na manifestação de práticas de dominação e exploração em um sentido ampliado. Diante dessa realidade, o presente artigo propõe investigar as armadilhas que permeiam alguns aspectos determinantes para a constituição e transformação das relações sociais capitalistas. Com a dinâmica do sistema baseada na busca incessante por mais-valor e no trabalho estranhado, explorar os motivadores que conduzem a essa procura desenfreada representa um ponto crucial de partida para tal empreitada. Sendo assim, ao observar a alienação, apropriação e despossessão da capacidade dos trabalhadores para produzir valor, delinea-se como a acumulação primitiva se manifesta como um processo social permanente, enraizado na constituição de classe.

Sob essa ótica, a emergência do trabalhador livre é discutida em termos da coercitividade imposta pela lógica da utilidade econômica. Sendo o conceito de exército industrial de reserva introduzido como condição *sine qua non* para a continuidade e expansão das relações capitalistas, destacando a necessidade da venda da força de trabalho como mercadoria para garantir a sobrevivência dos trabalhadores livres expropriados de seus meios. Assim, torna-se evidente como a relação entre trabalho abstrato e concreto revela uma dinâmica antagônica entre esses domínios, onde a noção de subjetividade emerge como expressão desse embate, evidenciando a complexidade da constituição do ser social. Dessa forma, a importância de resgatar a diferença sob o espectro da dialética da luta de classes, como categoria crítica, visa emancipá-la não apenas no plano conceitual, mas também na esfera social, corroborando com uma dialética de integração e transcendência que destaca a capacidade da classe trabalhadora em subverter a lógica de dominação do capital.

Ao considerar a relação entre capital e trabalho como um processo dialético de superação e transformação, destaca-se a necessidade de uma transição em escala mundial para enfrentar as transformações e desafios contemporâneos no capitalismo. Nesse sentido, a compreensão do mercado mundial como uma totalidade social revela a relação coercitiva entre trabalho e capital, de modo a expansão global da lógica capitalista requer uma análise que reconheça a inseparabilidade entre esfera econômica e a social-histórica. Isso porque as contradições inerentes ao sistema ressaltam a necessidade de uma abordagem mais abrangente. Assim, ao explorar a categoria de território dinamicamente, indo além da noção geográfica, procurou-se situá-lo como um campo de resistência, onde a prática social molda e é moldada pelo uso que as pessoas fazem dele. Desse modo, o movimento de maior imersão nas teias do modelo capitalista, apontadas algumas de suas formas de dominação e propondo uma análise interdisciplinar sob uma lente da teoria crítica, acrescida das contribuições feminista, interseccional, e pós-estruturalista e decolonial, visa salientar a importância

de desmistificar o domínio exercido pelo capital sobre a vida vislumbrando a totalidade social inerente às relações capitalistas para desconstruir a lógica de exploração.

Diante disso, pensar sobre os caminhos possíveis de desenvolvimento e progresso humano frente aos desafios da atualidade é, assim, uma tentativa de interpretar e reinterpretar os momentos históricos à luz de um horizonte prospectivo, para além da visão reducionista. Assim, o entendimento de desenvolvimento do “fazer humano”, desvinculado do paradigma positivista, mecanicista e produtivista, adquire uma conotação utópica. Contrariamente à perspectiva de imobilização, a utopia mobiliza aqueles que a buscam, instigando um movimento de contínua expansão. Sendo assim, ao invés de canalizar energias destrutivas para os domínios ecológicos e sociais, surge como catalisador do potencial humano. Esse potencial permite imaginar e, por conseguinte, construir realidades alternativas que se afastam do *status quo*, impulsionando ações transformadoras na realidade material. Logo, recuperar esse diferencial humano, não visto apenas em termos antagonistas, mas o encarando como um potencial produtivo e criativo corrobora para a materialização de uma via de emancipação pautada na experimentação de novas formas de vida e pensamento mais sustentável a longo prazo.

Portanto, ao propor uma análise da constituição das relações sociais na sociedade capitalista, é essencial compreender as contradições dessa reprodução, considerando a luta de classes como um pressuposto histórico e lógico essencial para entender essa sociabilidade específica. Assim, o estudo estrutura-se em quatro seções principais que, além desta introdução, que abordam: na primeira seção, a constituição das relações sociais na sociedade capitalista, destacando a necessidade de desmistificar as categorias associadas ao domínio do capital sobre a força de trabalho, evidenciando a limitação da racionalidade econômica vista como neutra e objetiva. A segunda seção aprofunda-se na formação da identidade sob a influência do sistema capitalista, salientando o papel central do corpo e da linguagem nesse processo, em meio à internalização da lógica neoliberal e ao autodisciplinamento incitados por essa hierarquização social. A terceira seção revela como a compreensão do território vai além da noção geográfica estática, tornando-se uma ferramenta analítica crucial para entender a organização do sistema capitalista, destacando sua dimensão social e histórica e em constante transformação. Por fim, a última seção é dedicada às considerações finais, onde é ressaltada a urgência de resgatar formas alternativas de organização social e promover uma transformação profunda para uma sociedade mais justa, equitativa e emancipada, enfatizando a importância da luta de classe em diversos níveis de concretude.

Constituição das relações sociais e a desmistificação das categorias

A compreensão da relação entre os seres humanos e o ambiente que os cerca exige a desmistificação do domínio imposto pelo capital sobre a força de trabalho, revelando a complexa

dinâmica subjacente à categoria do capital como uma abstração social concreta. Nesse contexto, a natureza contraditória da sociedade capitalista e suas transformações encobrem a constituição histórica da luta de classes, evidenciada pela separação do trabalho de seus meios de produção. A concentração dessas condições nas mãos dos “não trabalhadores” converte o capital em uma forma distorcida da prática social humana, manifestando-se através da propriedade privada e da transformação da força de trabalho em mercadoria, ou seja, em trabalho assalariado (Bonefeld, 2014). É a partir da conversão de trabalhos concretos e distintos qualitativamente em unidades de trabalho abstrato e uniforme, no processo de trocas, que se estabelece a relação de identificação. A ausência de identidade, por sua vez, destaca a exploração implícita nessa troca de “equivalentes”, o que mostra como tanto o conceito quanto a realidade apresentam uma natureza contraditória sob essa dinâmica (Bonnet, 2009). Ao compreender a expropriação dos meios de subsistência e a formação de classes como elementos distintivos no funcionamento do capitalismo, a análise busca investigar a relação entre a exploração da classe trabalhadora e as transformações na forma mercadoria diante dos fenômenos sociais. Para isso, é preciso atentar-se não só nas múltiplas dimensões dessa expropriação, como também em suas decorrentes manifestações particulares, uma vez que a lógica exploratória penetra na concepção de direitos, conhecimento, território e comunidades tradicionais, comprometendo a capacidade de produção e reprodução da vida (Federici, 2019). À medida que as relações sociais são consideradas como categorias objetificadas, o conceito de classe deve ser compreendido de maneira crítica, sendo a luta de classes o pressuposto lógico e histórico para a existência da divisão social entre capitalistas e trabalhadores individuais (Bonefeld, 2014). Diante desse panorama, a crítica da economia política baseia-se na percepção da economia como uma manifestação perversa das relações sociais, sendo necessário uma reinterpretação das categorias econômicas. Essa reinterpretação desloca a análise de um conjunto de leis objetivas e pré-determinadas para considerar a economia como elemento de um quadro interpretado a partir da própria constituição social de uma forma historicamente específica de reprodução social.

Nesse sentido, para uma análise mais aprofundada do movimento do capital em escala mundial, torna-se importante considerar a constituição de classe nesse mesmo nível, onde a produção de valor por meio do trabalho abstrato revela-se como uma totalidade (Braunmühl, 1978). A subordinação do trabalho como fonte de valor viabiliza que o capital, enquanto valor que se autovaloriza, seja concebido como uma forma de mediação social que se impõe sobre os indivíduos, tornando-os sujeitos aos produtos de seu próprio trabalho na forma abstrata. Considerando a subsunção do trabalho ao capital, representada pela compra e venda da força de trabalho, tem-se que na formação capitalista o mercado mundial emerge como uma força coercitiva objetiva (Bonefeld, 2014). Isso intensifica a disputa global pela apropriação do mais-valor, destacando a necessidade de equalização contínua do trabalho concreto à forma do trabalho abstrato para efetivar essa apropriação

em escala ampliada, homogeneizando-o no mercado mundial através do tempo abstrato socialmente necessário. Esse valor específico da força de trabalho corresponde ao trabalho necessário para criar os meios de subsistência essenciais à vida, possuindo uma medida objetiva vinculada ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em questão (Marx, 2013). Nessa realidade, observa-se como o valor da força de trabalho, assim como as suas formas de dominação, exploração, manifesta-se na dinâmica de forças entre as relações capitalistas no contexto da luta de classes.

No contexto dos séculos XVIII e XIX, marcados por mudanças significativas no campo científico, como a ascensão dos Princípios Newtonianos e a disseminação do positivismo e empirismo, observou-se uma crescente valorização da abordagem axiomática na produção científica e acadêmica. Esse período foi marcado por uma transição na construção do conhecimento, com a matemática, o cálculo diferencial, a modelagem e a formalização tornando-se centrais, caracterizando a luta pelo monopólio da autoridade científica baseado na combinação entre capacidade técnica e poder social (Bourdieu, 1996). A partir do predomínio do paradigma reducionista e mecanicista na construção do saber, que concebe o conhecimento científico como universal por meio de barreiras arbitrárias, ocorre uma concentração em teorias que individualizam as relações econômicas. A economia passa a simplificar a produção a uma lógica de eficiência material disposta de uma aparente objetividade, sustentada pelos pilares do racionalismo, cientificismo e positivismo. A “racionalidade” emerge como um pilar fundamental na redefinição dos conhecimentos e práticas econômicas, ancorada na busca por uma verdade objetivada. Com a revolução marginalista, tem-se que o sistema econômico passa a ser encarado como resultado da ação individual e racional de agentes atomizados, calculistas e maximizadores. Nesse sentido, a economia redireciona seu enfoque para teorias que sustentam a concepção de um mercado autorregulado de forma eficiente, enquanto dissimula as concepções abstratas e ideológicas subjacentes, apresentando-as como objetivas e neutras. Assim, ao colocar em evidência o modo de operar a atribuição de sentido a conjuntos de conhecimentos e prática, conferindo-lhes status de “normais”, salienta-se como essa normalização delinea um espaço de racionalidade que orienta e é nutrido pelas práticas que nele são reproduzidas (Foucault, 2005). Sendo assim, o esforço em desestabilizar os regimes de verdade presentes nos discursos sobre a técnica e o campo científico visa redefinir a compreensão do caráter neutro e normativo da razão e, conseqüentemente, sua influência na configuração das práticas econômicas.

A própria noção de uma sociedade fundamentada em um mercado racional, autorregulável e autônomo carrega, em sua essência, uma contradição, uma vez que todo sistema econômico está profundamente incrustado no tecido social, sendo inseparável e impossível de ser dissociado da organização social (Polanyi, 2000). Nesse contexto, afastando-se de abordagens mecanicista e reducionista, procura-se aproximar da perspectiva rizomática fundamentada na noção de

multiplicidade (Deleuze; Guattari, 2011). Isso a fim de corroborar para um entendimento da constituição social de uma forma mais ampla, considerando a complexidade, a processualidade e a totalidade que lhe são inerentes, o que se reverbera na reconfiguração das formas de acumulação, exploração e reprodução capitalistas. Dentro dessa perspectiva, a mobilização do conceito de classe, enquanto elemento crítico no debate, assume a função de resgatar a intenção cultural subjacente às relações sociais de produção capitalista, desmistificando a aparência de desunidade. Uma das principais tarefas que envolve o processo de entender as relações sociais como estabelecidas, sem se limitar a definições estatísticas, consiste em assimilar a constituição dessa realidade a partir de sua própria existência (Marx, 1986). Inserida em um contexto histórico, essa realidade caracteriza-se pela “(...) síntese de múltiplas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 77), de modo que a apreensão dialética das categorias implica uma compreensão da história como motor de formação das mesmas. Dessa forma, o processo de desconstrução da realidade falseada objetiva desestabilizar as dicotomias hierárquicas dominantes que estruturam a tradição da metafísica ocidental, o pensamento moderno e a sociedade capitalista em geral.

Com o propósito de redirecionar a construção discursiva em direção à realidade material, busca-se enxergar o movimento contraditório no qual a unidade se delinea por meio da diferença. Esse processo de abertura das categorias visa evitar a fixação em estilos estáticos, assim como afirmação de essências inatas e imutáveis, distanciando-se da rigidez da abordagem dicotômica sistêmica e da autonomização das categorias capitalistas. Nesse contexto, incorpora-se uma lente que não busca reduzir nem essencializar o movimento intrínseco às relações sociais capitalistas, concebendo a sociedade como um produto e uma prática humana (Bonefeld, 2014). Ao explorar a relação entre forma e conteúdo na constituição dos fenômenos sociais, questiona-se a noção de que a sociedade é regida por leis econômicas gerais, trans-históricas e objetivadas, reconhecendo sua validade essencialmente social (Bonefeld, 2014). Isso implica uma crítica à ênfase na mensuração, quantificação e padronização, que, ao invés de se aproximar do real, torna-se um meio de controle sobre as relações entre pessoas, natureza e propriedade dos meios de produção (Lugones, 2019). Contrapondo-se à razão instrumental, formal e positivista, assim como aos mecanismos determinísticos que colonizam a racionalidade por meio de instrumentos científicos e cálculos matemáticos (Santos, 1999), é crucial desvincular a racionalidade econômica da essencialização da identidade humana. Tal desvinculação torna-se essencial para dismantelar a figura do *homo economicus* universal da sociedade e da história burguesa. Sendo assim, torna-se possível entender como a própria linguagem e o discurso não apenas moldam os pensamentos, mas delimitam as concepções e construções de mundo.

Em uma realidade pervertida, na qual as relações sociais são reguladas por trocas mercadológicas e a cultura é pautada por concepções de contágio e purificação (Douglas, 1966), observa-se o sujeito sob o domínio contínuo de categorias de pensamento rígidas. Essa regulação, apoiada por normas de evitação e punições, separa, purifica, demarca e pune transgressões a fim de impor uma sistematização da experiência social. “É ao exagerar a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, masculino e feminino, com e contra, que uma aparência de ordem é criada.” (Douglas, 1966, p. 4). Assim, a separação entre sujeito e objeto, as classificações do sistema simbólico linguístico e os mecanismos de violência civilizada subsidiam uma estrutura hierarquizante e fetichizada que resulta na produção e reprodução de corpos objetificados. Nessa realidade, à medida que as ordens culturais promovem uma concepção específica de sujeito, outros corpos são relegados a uma condição abjeta, desumanizados e descartados como o "Outro" (Butler, 2021). A reiteração de práticas violentas de separação consolida um processo que resulta na deslegitimação social da condição humana. Esse fenômeno é orquestrado por instituições que exercem poder por meio da incorporação de forças sociais que fundamentam a lei, manifestando-se na forma de uma pretensa violência civilizada encarregada de preservar a ordem jurídica (Bonefeld, 2022). Diante disso, mostra-se como a própria concepção de riqueza na racionalidade capitalista integra essa violenta separação impondo, por meio de um sistema de coerção econômica, a obrigação ao trabalhador livre de gerar mais-valia para os detentores de dinheiro a fim de garantir a sua subsistência. Sendo assim, desde a fundação da concepção do sujeito até a instituição da lei, torna-se evidente que os elementos que compõem as categorizações devem ser compreendidos como momentos que integram, mas não englobam a totalidade social do processo de reprodução das relações capitalistas (Bonefeld, 2022).

Em um contexto onde o processo de separação, classificação e ordenamento exerce influência condicionante sobre a percepção fragmentada do mundo social, a análise da dinâmica das relações na sociedade capitalista como construções sociais corrobora para desmascarar a determinação objetificada dos fenômenos sociais. Ao abranger dimensões histórica, política, econômica, cultural e contingente, tangibiliza uma via emancipatória alternativa às tendências identitárias e às formas de sociabilidade promovidas pela naturalização do ser humano, amplamente reificado e racionalizado na figura do indivíduo capitalista dentro da lógica neoliberal. Nesse sentido, ciente que as formas sociais capitalistas, tais como valor, mercadoria, capital, dinheiro, entre outras, são produtos de um modo de produção historicamente situado e permeado por complexas relações e conflitos. Destaca-se, então, que a singularidade histórica do capitalismo manifesta-se na criação de uma relação mercantil fundamental, resultado de uma luta caracterizada pela apropriação privada do trabalho alheio através da compra e venda da força de trabalho, que foi separada dos meios de produção (Bonefeld, 2014). Para manter essa lógica de funcionamento, o trabalhador deve produzir lucro para o empregador garantindo a rentabilidade do consumo da mercadoria força de trabalho.

Dessa maneira, com os meios de produção sob controle dos capitalistas, estes últimos passam a enriquecer por meio da exploração do trabalho vivo, uma vez que adquirem o tempo de trabalho não remunerado do proletário que produz um excedente de valor, o "mais-valor" (Marx, 2013).

Os mitos fundadores do trabalho como elemento intrínseco à condição humana são, na verdade, construções políticas de um projeto capitalista que depende da produção e reprodução dos seres humanos para o trabalho. Ao internalizar que o trabalho é pressuposto pelo capital e ao mesmo tempo o pressupõe, compreende-se que a formação da relação de classe entre capitalistas e trabalhadores livres ocorre pela desvinculação do ser humano das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material do trabalho (Marx, 1991). Nesse contexto, a liberdade dos indivíduos transformados em trabalhadores é distorcida pela necessidade de se inserirem no mercado como vendedores de sua própria força de trabalho passando a competir entre si. A obrigação de assegurar o sustento por meio do salário implica na integração em uma relação social mediada por coisas, resultando na separação de sua totalidade (Marx, 1986). O trabalhador, assim, transforma-se em mais uma mercadoria a ser consumida, sendo esse fetichismo das mercadorias originado pelo caráter social peculiar do trabalho que as produz (Marx, 2013). Essa separação obscurece o processo de luta subjacente à formação de classe e à subsequente objetificação de seus interesses, realizada dentro de uma lógica específica para a reprodução do sistema capitalista (Colombini, 2018). Nesse sentido, quando os elementos que produzem efeitos no real, como a práxis, na constituição das classes são desconhecidos, estas tornam-se apenas palavras vazias (Marx, 2011). Assim, em contraste com a suposta identidade totalizante da classe trabalhadora, é imperativo compreender que a classe não pode ser estática ou uniforme dentro de uma estrutura, mas sim uma contradição viva em um processo contínuo de luta que se manifesta através de particularidades históricas (Bonefeld, 2014).

A desumanização do ser humano nas relações capitalistas, transformado em força de trabalho mercadoria, revela-se como uma faceta que não pode ser simplesmente revertida por meio de uma consciência de classe autônoma e naturalizada, circunscrita a um grupo social específico. Isso porque a liberdade “positiva” não existe dentro de um modelo de realidade moldado pelo princípio da identidade. Na realidade prática, não se trata de algo coeso, como se fosse possível alcançar uma essência humana inata e comum a todos, mas sim de uma consciência que decorre da diferença advinda da não-identidade entre as coisas e seus conceitos o que, por sua vez, tem o potencial de dissolver as concepções dogmáticas das coisas (Adorno, 2009). Ao tratar as categorias como entidades separáveis analiticamente, enfrenta-se uma prática de enumeração contínua que, paradoxalmente, separa o que busca conectar. Assim, é fundamental reconhecer os cruzamentos onde essas categorias encontram-se e se mesclam, formando uma encruzilhada de identidades e experiências, sendo espaços culturais de hibridização que delineiam fronteiras originadas nas zonas

de contato. Nessas áreas, é imperativo cultivar a tolerância diante das contradições, demandando constantes mudanças e ressignificação de mitos e símbolos culturais. Essa perspectiva interseccional, longe de retratar um sujeito estático, requer a reconstrução de significados que convergem ao preservar a contradição entre categorias. Dessa forma, desafia-se a inteligibilidade dos contornos corporais e das identidades sob um único regime operativo (Anzaldúa, 1987; Butler, 2019).

Sendo assim, ao considerar as transformações ocorridas nos modos de subjetivação do ser humano ao longo da história, destaca-se a maneira com a qual o processo de formação da subjetividade e do simbólico passou a ser individualizado, aparentemente dotado de uma consciência autonomizada. Contudo, é importante salientar que a consciência molda-se através do ser social (Marx, 1987), justamente no contato com os acontecimentos. O sujeito não é previamente dado, mas se constitui a partir de experiências de vida concretas, invalidando a presunção de que a expressão individual e particular em relação ao corpo e às emoções possui primazia sobre a experiência cultural e social (Douglas, 1966). Assim, a constituição do sujeito só pode ser analisada a partir de uma processualidade que não se estabiliza de maneira determinística e independente, mas que carrega multiplicidade de significados. Nesse sentido, a compreensão da totalidade em nível de universalidade do mercado mundial implica o reconhecimento de que a determinação da relação social é um processo exposto à ação de diversas forças vetoriais, com múltiplas determinações e interrelações. Dessa forma, compreende-se que a formação da sociabilidade capitalista está inserida em um contexto conflituoso e em constante movimento, de modo que o ser social na forma de indivíduo exerce influência e é, simultaneamente, influenciado pelo espaço social que está ao seu redor. Sendo assim, torna-se nítido como o sujeito, ao desdobrar-se na construção de si, produz singularidades em cada momento de encontro e subsequente confronto específico de luta onde as contradições da existência individual são experienciadas de maneira coletiva.

Identidade em meio à diferença: disputa por significados

A reflexão acerca da concepção de sujeito suscita uma série de indagações ao abranger um movimento que delinea territórios subjetivos, sem desconsiderar sua constituição sócio-histórica. A representação da realidade social como objeto econômico conduz ao processo de fetichização não só das mercadorias, como também da subjetividade, uma vez que a “(...) constituição do mundo ocorre nas costas dos indivíduos; no entanto, é por meio de seus trabalhos” (Marcuse, 2009, p. 111, tradução nossa). Isso evidencia como a sociedade capitalista fundamenta-se no corpóreo, onde o trabalho vivo é tratado como personificação do tempo de trabalho excedente (Bonefeld, 2022). Sob essa ótica, o corpo emerge como epicentro desse confronto, atravessado pela institucionalização da coerção física, tendo em vista que a corporalidade vivente impõe-se como força de trabalho. De tal modo que, passa a ser concebido como um objeto a ser produzido e reproduzido, assim, é treinado, obedece, responde,

torna-se hábil e tem suas forças multiplicadas (Foucault, 2008). Sendo assim, se, por um lado, forças disciplinadoras e repressoras manipulam o corpo visando arraigar a compreensão do sujeito a uma essência objetificada pelo aparato econômico para torná-lo dócil e útil (Foucault, 1997). Por outro, tem-se que a prática social, histórica, política e pessoal revela como essa produção de indivíduos assujeitados está incrustada no processo de fetichização em unidade da reprodução capitalista.

Sob essa perspectiva, para além da estrutura disciplinadora e do controle externo, destaca-se a importância da lógica internalizada nos indivíduos, exercendo influência sobre os aspectos perceptivos, sensitivos, afetivos e cognitivos (Guattari, 1977). A assimilação da autodisciplina, especialmente mediante o desenvolvimento de mecanismos alinhados à razão neoliberal, estabelece uma forma de dominação que permeia a psique dos sujeitos, refletindo-se em suas performances e no positivismo como impulsionadores dessa lógica de produtividade. Assim, não é mais imprescindível um olhar externo para promover a disciplina, uma vez que cada indivíduo passa a realizá-la autonomamente, frequentemente motivado pelo sentimento de culpa diante da dificuldade em atender às demandas produtivistas do sistema (Han, 2015). Nesse cenário, difunde-se a lógica acionária, caracterizada pelo endividamento e pela gestão financeira como elementos-chave na administração e cálculo da vida cotidiana. O que, por sua vez, consolida a concepção dos “indivíduos empresa”, que não apenas se submetem a um controle externo, mas internalizam essa lógica empresarial em vários âmbitos da vida social (Dardot; Laval, 2010). Diante desse panorama, impõe-se uma consciência e um *modus operandi* específicos que, ao serem incorporados pelos indivíduos, originam uma nova forma de subjetificação que se manifesta como dominação e exploração sobre os seus corpos. Através dessa autolimitação, tornam-se carcereiros de si próprios, impactando horizontalmente o modo de vida e os agenciamentos dos seus afetos/emoções. Assim, a violência impõe-se não apenas como um instrumento para conquistar e manter o poder, mas como um mecanismo simbólico de alteração psíquica com alto grau destrutivo, desafiando a concepção ilusória de indivíduos como agentes que maximizam seus interesses (Adorno, 2019). Essa objetificação social, embora reificada e fetichizada, é real e mantém relações sociais específicas enclausuradas a conceitos aparentemente autonomizados. Dessa maneira, a dialética negativa, como abordagem crítica, busca desconstruir as categorias capitalistas, enquanto revela o processo de construção social e gênese dessa sociabilidade específica.

A incessante busca pela extração de mais-valor enraíza-se na instauração do trabalho estranhado, ou seja, na alienação, apropriação e despossessão da capacidade dos trabalhadores para produzir valor no processo de trabalho (Harvey, 2010). A acumulação primitiva, considerada não apenas como uma fase histórica, mas um processo social permanente reproduzido na constituição de classe, marca a histórica luta que culminou na separação dos produtores diretos dos meios de subsistência (Bonefeld, 2011). Nesse contexto, emerge a figura do trabalhador livre, que, ao mesmo

tempo, é submetido coercitivamente à lógica da utilidade econômica. Ao serem convertidos em mercadoria força de trabalho, torna-se evidente como os interesses privados corrompem os direitos elementares à custa da sobrevivência dos despossuídos. Como vendedores de sua própria força de trabalho, esses indivíduos dependem da efetivação dessa transação no mercado para garantir sua subsistência. Isso resulta na formação de uma massa de trabalhadores obrigados a oferecer sua força de trabalho, mesmo sem compradores, caracterizada como um exército industrial de reserva. Essa superpopulação relativa torna-se uma condição *sine qua non* para a continuidade e expansão das relações capitalistas na sua forma de acumulação de mais-valia. No entanto, apesar da intensificação da dominação exercida pelo trabalho abstrato, essa dinâmica não é capaz de impedir que o indivíduo restabeleça os laços com seu “fazer humano”, configurando uma relação antagônica com o capital (Colombini, 2018). A forma capitalista de subjetividade, como expressão desse domínio do trabalho abstrato, não consegue impor-se completamente sobre a individualidade, uma vez que o trabalho concreto impõe, ainda que de maneira distante, seus próprios limites (Marx, 1988). Dessa forma, observa-se que a produção de subjetividades, vinculada a uma multiplicidade de vetores em constante interação e confronto, transcende a esfera individual e se insere no mundo como um fenômeno social e coletivizado. A distorção na capacidade de agenciamento no contexto capitalista, resultante da inversão na relação sujeito-objeto e da estratégia dominante de captura dos processos de subjetivação, destaca a impossibilidade de totalização ou centralização da subjetividade no indivíduo (Guattari; Rolnik, 1996). Sendo fundamental, assim, ater-se ao seu processo de constituição como ser social histórico, político, cultural e economicamente situado.

A análise crítica do processo de classificação e hierarquização do ser humano revela como essas são construções sociais que não somente delinham a percepção de indivíduos sobre si e o mundo, mas também são significativamente influenciadas pela linguagem. Isso porque, longe de ser um mero veículo de comunicação, ela desempenha um papel imprescindível na legitimação social e na formação cultural, enquanto simultaneamente institui mecanismos de exclusão, relegando posições marginalizadas através de seu domínio (Butler, 2021). A relevância da linguagem transcende a subordinação material, influenciando profundamente as modalidades de expressão, a formação da autoimagem e interação social (Fanon, 2008). Nesse sentido, ao elucidar o seu caráter performativo da linguagem, mostra-se que não se limita a designar, uma vez que participa ativamente na formação daquilo que nomeia. Assim, compreende-se como o corpo, ao invés de ser percebido como uma entidade pré-existente ao discurso, é concebido como um produto das dinâmicas significativas, um efeito das próprias práticas discursivas (Butler, 2019). Desse modo, fica claro que não são entidades com essências fixas ou definidas a priori, mas são construídos social e historicamente através de processos de classificação e hierarquização social. Tais processos não somente refletem a complexidade das interações, mas também enfatizam a importância de reexaminar criticamente as

estruturas de poder, que mediadas pela linguagem, são fundamentais na perpetuação de mecanismos de exclusão. Isso implica reconhecer que a formação dos sujeitos e suas práticas discursivas não estão desvinculadas das condições materiais, sociais, políticas, culturais e históricas, incluindo as relações econômicas, mas são moldadas por essas dinâmicas.

Nessa realidade, ao examinar o entrelaçamento dos fluxos decodificados de produção, representados pelo “capital-dinheiro”, e os fluxos descodificados do trabalho, personificados pelo “trabalhador livre”, percebe-se as condições determinantes para a configuração da forma capitalista. O sistema, assim, encontra-se imerso em um estado de descodificação e desterritorialização dos fluxos, compelindo essa produção social em específico a buscar continuamente recodificação em instâncias como família e Estado (Deleuze; Guattari, 1996). A necessidade de adaptação das relações sociais de acordo com as novas dinâmicas do capitalismo, ainda submetidas à lógica de mercado, induz a flexibilização dessas relações, incitando novas formas de produção, consumo e identidade. Entretanto, à semelhança da submissão do trabalho ao domínio do capital, verifica-se a reprodução da submissão da diferença à construção identitária imposta pelo sistema capitalista. A ideologia dominante, em um movimento aparente, incorpora a fragmentação, multiplicidade e diferença, contudo, buscando encobrir a exploração subjacente à troca de equivalentes realizada pela equalização dos trabalhos específicos na unidade do trabalho abstrato. Diante desse cenário, torna-se essencial resgatar a diferença como uma categoria crítica, rejeitando abordagens que buscam emancipar a diferença apenas no âmbito conceitual, sem uma correspondência efetiva na esfera social (Bonnet, 2009). A compreensão das manifestações contraditórias na reprodução das relações capitalistas, que permeiam tanto a produção do sujeito quanto a geração de valor e a estruturação das hierarquias de poder, revela um processo de luta no contexto mais amplo da constituição social. Dessa forma, a busca por uma síntese entre o potencial criativo inerente à diferença e o poder crítico originado da negatividade e da dialética tem como objetivo reduzir a tensão entre o desejo de emancipação da diferença e os mecanismos que tendem a perpetuar sua submissão à lógica identitária. Compreender esse processo no âmago da constituição das relações sociais, indo além da análise isolada do sujeito, torna-se fundamental para desmistificar a concepção de um mundo onde as interações sociais são eclipsadas pelas relações entre objetos.

A inversão do sujeito social no objeto econômico, que converte as relações sociais de produção em uma interação entre coisas reificadas, encontra sua fundamentação em dois processos ancorados na abstração do trabalho. Ao apreender os elementos da realidade por meio de abstrações, torna-se primordial evitar a armadilha dos conceitos indeterminados, desprovidos de particularidade e concretude histórica. Nesse contexto, a relevância das advertências de Marx sobre a dificuldade dos economistas burgueses em captar as diferenças essenciais em cada modo de produção destaca-se,

especialmente ao considerar a distinção entre a relação abstrata de apropriação, comum à interação humana com a natureza em diferentes fases históricas, e a forma específica dessa relação na sociedade capitalista, caracterizada pela propriedade privada (Marx, 2011). Os dois processos de abstração, primeiro por meio da equalização efetiva dos diferentes tipos de trabalho em uma sociedade de mercadorias e, segundo, na hierarquização e classificação em diferentes níveis de abstração, desempenham papéis distintos no movimento do abstrato para o concreto na explicação dos fenômenos sociais. Esse movimento pauta-se na abstração real, cuja concretização implica no estabelecimento de relações causais entre níveis estratificados (Bellofiore, 1998). Para compreender a gênese social e suas relações internas, é preciso partir da abstração mais simples até a forma mais complexa da reprodução social. Isso porque o modo de produção capitalista, ao se ancorar na separação, confere uma autonomia aparente à produção social. Essa inversão de formas, entre sujeito e objeto, é refletida na objetivação do sujeito e personificação do objeto. Sendo assim, essa abordagem não apenas amplia a compreensão do papel da diferença na dinâmica social, mas também enfatiza a importância de evitar a naturalização e autonomização das categorias, favorecendo a abertura e desvelamento de suas construções. Dessa forma, visa-se conferir maior concretude às diversas formas de manifestações das relações sociais, ressaltando a relevância de reconhecer as contradições intrínsecas à cada momento da reprodução capitalista.

Portanto, no funcionamento do sistema capitalista, é evidenciado como não se negocia apenas a venda da força de trabalho, mas também o seu tempo e qualidade de vida, submetendo a construção da subjetividade à lógica do mercado. Sob essa perspectiva, instrumentaliza-se o simbólico por meio das instituições econômicas, consumindo não apenas recursos naturais, mas também recursos humanos. A análise do fetichismo das mercadorias, inerente a esse modelo de produção, revela uma íntima ligação entre a capacidade de consumo e de auto-comercialização. Dessa forma, o sujeito neoliberal é metamorfoseado em uma espécie de “empresa”, exposto em uma vitrine social que o coloca para competir globalmente, resultando em uma perda de significado tanto na esfera mercadológica quanto na política-social (Dardot; Laval, 2016). Encarados como consumidores e espectadores, são despojados da condição inalienável de humanização, passando a ser reduzidos ao mero status de objeto. Assim, evidencia-se como o aprisionamento social da classe trabalhadora, decorrente da ampliação do processo de reificação de seus corpos (Marx, 2013), torna-se uma engrenagem essencial para a preservação de relações de exploração e reprodução das desigualdades. Diante disso, percebe-se como a constituição de classe na reprodução capitalista opera por meio da violência, disfarçada como uma competição regulada pelas forças do livre mercado. Sendo assim, a fim de impor limites à realização da valorização oriunda da criação de novos mecanismos de exploração, é necessário enxergar a luta de classe a partir de uma perspectiva ampliada que, ao

combater o contínuo processo de separação, classificação, inferiorização e coisificação do ser social, restabelece sua unidade reconhecendo as relações sociais em sua totalidade

Territorialidades e resistência: em diferentes níveis de concretude

A complexa intersecção de fatores históricos, econômicos, culturais e políticos ao longo dos séculos configura um cenário caracterizado por uma globalização e mercantilização sem precedentes. Essa rede de influências transnacionais, moldada pelas transformações nos processos de trabalho, nos padrões de consumo e nas diferentes realidades territoriais e geopolíticas, exerce profunda influência sobre a formação de identidades e espaços sociais. Não apenas se observa a interconexão das economias no mercado mundial, mas também como a realização dessa constituição impacta as experiências individuais no que tange à formação do ser social como momento da relação capitalista. Nesse contexto, ao empreender o entendimento de território¹ para além de uma mera definição geográfica estática, observa-se a sua transformação em uma prática enraizada nas experiências do dia a dia que permeiam as relações sociais. Nesse sentido, torna-se uma ferramenta analítica útil para compreender a organização do sistema capitalista, especialmente ao considerar a formação dessas relações no mercado mundial. O território, constituído por diversas interações, abarca elementos como locais de residência, posições diversas na cadeia produtiva e reprodutiva e identidades raciais, regionais, nacionais e culturais. Sua configuração é moldada pelo uso que as pessoas fazem dele, resultando na criação do espaço social (Santos, 1978). Ao reconhecer que o ser humano constitui-se dentro de uma sociabilidade específica, o espaço, compreendido como uma totalidade, revela uma dimensão social concreta e historicamente situada. Nesse sentido, transcende as delimitações físicas nacionais, representadas pela forma social capitalista do Estado-nação, sendo percebido como um campo constantemente em contradição. A noção de território em uso, associada ao espaço social enquanto prática, possibilita uma apreensão não apenas da dimensão material representada pelos objetos, mas também da dimensão social que neles se manifesta (Santos, 1998). Dentro de uma perspectiva de geografia histórico-crítica e relacional, o espaço se configura como uma categoria dinâmica, aberta e em constante movimento. Assim, ele se torna cada vez mais relevante ao ser considerado em reflexões que envolvem questões como a preservação ambiental diante da emergência da crise ecológica, a expansão das redes e cadeias de valor, a relação entre o corpo e a territorialidade, e o papel do meio técnico-científico informacional na disciplina do estilo de vida dos

¹ O conceito de território, segundo Deleuze e Guattari, transcende a concepção tradicional de espaços geográficos. É entendido como um processo dinâmico e complexo de agenciamentos e subjetivação, marcado por: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Há interconexão entres essas fases, uma vez que não há desterritorialização sem um esforço simultâneo de reterritorialização em outro lugar. Isso ressalta a natureza contínua e interdependente desses processos, pois a saída de um território está sempre ligada à busca por uma nova ancoragem e significado. O território, nesse contexto, é entendido como uma construção dinâmica e fluida que constantemente se transforma (Gilles Deleuze, em entrevistas a Claire Parnet entre 1988 e 1989).

indivíduos. Portanto, o espaço está continuamente suscetível a ser impactado pela criação de novos campos de significação, seja por meio de rupturas, ajustes ou continuidades ao longo desse dinamismo. Dessa forma, sua natureza processual é estabelecida em conjunto com as transformações sociais, históricas, técnicas e normativas contemporâneas, conferindo dinamismo à análise que se baseia na interação entre prática territorial, espaço social e constituição da sociabilidade capitalista.

Ao considerar que a forma emerge como uma condição intrínseca à história, delineada pela complexa tessitura das divisões do trabalho ao longo do tempo (Santos, 1979), é importante compreender que tais formas aparentes não são estáticas, mas sim suscetíveis a transformações e ajustes no tempo. Ganham corpo e significados variados quando inseridas em contextos específicos, seja de um país, região, lugar ou momento histórico. Sob essa ótica, é relevante destacar que a emergência da forma social do Estado, assim como outras expressões sociais capitalistas, constitui um estágio no processo de concretização do capital no mercado mundial. O Estado, nessa perspectiva, transcende a simples função de ser uma ferramenta da classe capitalista; no entanto, não deve ser interpretado como um território neutro no conflito de classes (Clarke, 1991). Assim, vai além da mera condição de instrumento de poder autônomo e desvinculado das classes sociais; ele é, de fato, a expressão dessa luta. Ao perceber que o Estado constituiu um território permeado por aparelhos ideológicos e repressivos, especialmente quando assume um caráter totalitário, tem-se que ele revela os interesses contraditórios inerentes a esse embate, a ponto de preferir “(...) abolir seus próprios servos a parar a destruição” (Deleuze; Guattari, 1980, p. 281 apud Safatle, 2020). Nessa perspectiva, observa-se como os aparelhos estatais incorporam conflitos e contradições inerentes à luta de classes. Tal aspecto destaca os momentos políticos e econômicos como elementos intrínsecos à realização da sociabilidade capitalista, mediados pelo antagonismo fundamental entre classe e trabalho no mercado mundial. Essa contradição evidencia que a classe trabalhadora não apenas constitui o capital, mas também detém o potencial de se opor a essa forma de sociedade, estabelecendo uma dialética de integração e transcendência (Bonefeld, 1994). Assim, a ênfase na totalidade do mercado mundial não se resume a revelar a aparência da transferência de valor no mercado em escala global, mas visa compreender sua essência no antagonismo de classe que fundamenta as relações capitalistas, destacando as diversas formas e momentos de realização dos fenômenos sociais.

A existência do espaço resulta da interação entre espaço e tempo, formas e conteúdo, permitindo a interpretação das diversas modalidades de organização socioespacial. O espaço desdobra-se, assim, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e das necessidades de circulação e distribuição dentro da constituição da sociabilidade capitalista. Regiões, lugares e demais formas sociais particulares, longe de serem autônomas, constituem e desempenham funções importantes dentro da noção de totalidade social. Nessa ótica, o

território emerge como um instrumento de luta e transformação, especialmente ao considerarmos que a hierarquização socioespacial é mantida por instituições enraizadas em propriedades jurídico-políticas, exercendo um poder muitas vezes letal. A fragmentação de territórios e de seus ocupantes implica processos complexos de desterritorialização e reterritorialização associados às demandas da reprodução capitalista em escala ampliada. Surge, dessa forma, a necessidade de refletir sobre o deslocamento territorial, abarcando tanto aspectos materiais quanto simbólicos, intrínsecos ao sistema de acumulação contemporâneo. Essa dinâmica visa homogeneizar a concepção de espaço-tempo, promovendo integrações verticais que reconfiguram os territórios para favorecer os agentes capitalistas em nível global. Como consequência desse processo, indivíduos situados na camada inferior da estrutura social frequentemente se deparam com a impossibilidade de ocupar territórios em suas diversas manifestações, seja como meio de sustento ou expressão de identidade cultural, muitas vezes encontrando-se na condição de “sem-estado” e destituídos do status de cidadãos. Diante desse cenário, é crucial explorar o paradoxo subjacente à redução e despojamento, entendendo-o “(...) como um estado ativamente produzido, mantido, reiterado e monitorado por um domínio complexo e forçoso de poder” (Butler; Spivak, 2018, p. 21). Isso porque as práticas de expulsão e confinamento de minorias nacionais revelam-se incrustadas ao processo de delimitação territorial dos Estados nacionais, o que ressalta a necessidade de elaboração de um vocabulário capaz de retratar a vida desses sujeitos destituídos. Assim, nota-se como o Estado-nação, nessa manifestação particular, assume a configuração de um organismo de normalização política, incumbido de estabelecer domínios de poder não apenas privam aqueles que representem uma ameaça nacional, mas categorizam-nos como estrangeiros (Butler; Spivak, 2018).

Diante dessa realidade, concebendo o corpo como *locus* do poder (Federici, 2017), a exploração dos conceitos de “corpo-território” e “território-corpo” vai além da mera associação à lógica estatal e hierarquizada, concentrando-se na preservação da própria vida e existência. Essa perspectiva engloba desde os territórios íntimos do corpo até os territórios-mundo, onde os atores sociais e suas práticas estão submetidos a uma concepção de territorialidades em constante expansão (Gago, 2020). O conceito de corpo-território surge como uma força conceitual que ressoa em diversos territórios e lutas, possibilitando a resistência, a confrontação e a criação de modos de vida alternativos (Butler; Athanasiou, 2017 apud Gago, 2020). Isso implica na compreensão do corpo e sua relação com a terra como um território historicamente situado (Cabnal, 2010). Nesse contexto, a persistência do modelo capitalista extrativista moderno-colonial, caracterizado por práticas de devastação e genocídio, representa uma ameaça à existência de grupos subalternos, especialmente os povos e comunidades originários. Ao incorporar a discussão sobre a colonialidade do poder (Quijano, 2010), percebe-se como essa realidade tem suas raízes no sistema escravocrata e no patriarcado, contribuindo para a disseminação de práticas de exploração sobre corpos específicos ao longo da

história. O avanço de políticas extrativistas e neoextrativistas de acumulação capitalista, em conjunto com uma inserção desigual no mercado mundial, revela que tais práticas operam como um regime que perpetua características coloniais e rentistas (Gago, 2020). Essas relações de dominação e hierarquia integram-se organicamente à totalidade capitalista, instrumentalizando os corpos por meio do discurso civilizatório legitimador e da violência disciplinar sustentada pelo aparato colonial (Lugones, 2014). Nesse contexto, a compreensão da penetração colonial busca destacar como ocorre a invasão e subsequente dominação de territórios, começando pelo território do corpo. Além da exploração dos recursos territoriais, o processo de colonização tem como objetivo invadir, subjugar, impor, dominar e colonizar esses corpos. Ao ultrapassar os limites físicos, essa prática atinge o campo simbólico das subjetividades, resultando na internalização dos invasores nos corpos daqueles colonizados (Fanon, 2008; Paredes, 2017). Dessa forma, normas e valores sociais, fundamentados na distribuição desigual de poder, perpetuam-se pela repressão de comunidades que desafiam a noção universal de civilidade. Nesse sentido, ressalta-se a importância, no caminho da emancipação, de resgatar a memória de formas alternativas de organização social que transcendem as dicotomias impostas pelo sistema de gênero ocidental, colonial e moderno (Segato, 2012).

Ao adotar uma perspectiva analítica que transcende as práticas extrativistas convencionais e incorpora dinâmicas relacionadas ao endividamento e consumo, a crítica feminista emerge como uma contribuição significativa para a compreensão das ramificações do extrativismo em seu sentido ampliado nos territórios. Dentro desse contexto, destaca-se o papel das finanças, que não apenas atua como um mecanismo de dominação, mas também se estende como parte integrante do paradigma extrativista, abrangendo desde a especulação imobiliária (formal e informal) até o endividamento massivo. Isso revela como os processos financeiros avançam em consonância com os mecanismos propostos pelo neoliberalismo para intensificar a exploração do trabalho (Colombini, 2018). Nessa realidade, tem-se que os obstáculos no processo de acumulação de capital resultam da busca individualizada por uma apropriação cada vez mais ampla e extensiva daqueles situados na base da hierarquia social. Assim, reconhecendo que as transformações em direção ao setor financeiro não impactam uniformemente todas as partes da sociedade, evidencia-se a necessidade de uma abordagem que considere a relação dialética entre as condições de produção e as condições de realização do mais-valor. Sendo assim, a compreensão da financeirização, em suas diversas manifestações, mostra-se como um dos elementos-chave para analisar o estágio atual do capitalismo, desvelando o conteúdo que se esconde por trás de sua aparência imediata e reconhecendo as complexas interconexões entre o avanço das práticas financeiras, o paradigma extrativista e as dinâmicas socioeconômicas atuais.

A estruturação da ordem social contemporânea, influenciada por um contexto específico no tempo e espaço, revela a persistência de sistemas hierárquicos, notadamente enraizados na tradição

ocidental. Essa predominância não resulta de uma imutabilidade, mas é sustentada por processos como racialização, colonização, exploração capitalista por meio do trabalho e imposição da heterossexualidade compulsória (Lugones, 2019). Sob esta perspectiva, destaca-se a necessidade de uma reflexão sobre o entendimento de território ao associá-lo à experiência do trabalho nas relações capitalistas. É importante destacar que a compreensão e a valorização do trabalho, abrangendo suas diversas manifestações remuneradas e não remuneradas, produtivas ou não produtivas, passou por transformações ao longo dos diferentes contextos históricos. Ciente de que a venda da força de trabalho emerge como meio de subsistência para a maioria da população, com um papel central na estruturação da organização social e na formação das identidades individuais, observa-se como o trabalho adquire uma relevância única no processo de humanização e na constituição dos sujeitos históricos devido ao seu caráter emancipatório. A sua centralidade não se restringe àqueles que organizam suas vidas em torno dele, estendendo-se também aos marginalizados de suas esferas formais. O aumento do desemprego, subemprego e dos empregos precarizados gera nos indivíduos sentimentos de indignidade e alienação em relação à sua própria condição humana (Seligmann-Silva, 2011), revelando que a problemática associada ao trabalho está ligada tanto à sua quantidade quanto à sua qualidade (Weeks, 2020). Os espaços laborais, ao imporem estruturas hierárquicas, suscitam questões sobre consentimento, obediência, exclusão e pertencimento. Essa como um espaço que vai além da dimensão econômica envolve uma análise das relações sociais, políticas e culturais que permeiam essa esfera, impactando não apenas o status econômico, mas também a identidade e dignidade humanas. Ao considerar a crescente privatização, reificação e individualização nos processos e espaços de trabalho, compreende-se que, para adentrar no domínio da política de classe, é preciso redirecionar o movimento que o supervaloriza por meio de sua rejeição (Weeks, 2020). Assim, a recusa ao trabalho emerge como contraponto necessário para confrontar a sua sobrevalorização, tendo em vista o crescente impacto do capitalismo na reprodução humana por meio da intensificação do trabalho e na redução dos recursos de subsistência. Nesse contexto, ressalta-se que os direitos da humanidade trabalhadora vão além das garantias de renda, abarcando a preservação contínua de elementos essenciais a uma vida digna. A compreensão da terra como um ecossistema vital contrasta com a visão de dominar a natureza como uma mercadoria, orientando a busca por um modelo de desenvolvimento que viabilize uma vida para além do trabalho. Qualquer caminho rumo a um tipo diferente de desenvolvimento não pode ignorar essas questões, demandando uma revisão das relações entre gênero, raça, classe no capitalismo, especialmente das atividades que garantem a sustentabilidade da vida, como o trabalho reprodutivo, afetivo e doméstico (Federici, 2019).

Portanto, a liberdade, concebida não como uma entidade estática e uniforme, mas como um verbo, concretiza-se na capacidade de conferir novos significados àquilo que inicialmente parecia ser uma fatalidade (Chauí, 2000, p. 3). Assim, lutar pelo território é também recuperar o corpo-território,

sendo este um ato político emancipatório (Cabnal, 2010). Nesse sentido, é imperativo incorporar o conceito de emancipação discutido por Marx. A automação da produção, longe de eliminar as divisões na classe trabalhadora, inclusive internas, evidencia que o capitalismo persiste explorando recursos naturais, não eliminando a escassez global e intensificando as clivagens sociais. Essa dissonância entre a visão idealizada e a realidade concreta revela a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada na análise dos desafios enfrentados pelo sistema econômico mundial. O território, concebido como um espaço moldado por construções sociais ancoradas na realidade material, surge como um *locus* de resistência, possibilitando amplificar as vozes dos estratos sociais historicamente invisibilizados e de suas formas de conhecimento distintas. Essa perspectiva destaca a complexidade da abordagem do território, tanto teórica quanto prática, enfatizando a necessidade de considerar a interconexão das diversas formas de opressão para estabelecer uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais. A formação de classe, inicialmente percebida como harmoniosa em certos territórios, revela-se permeada por formas violentas em contextos mais distantes (Colombini, 2018), evidenciando as contradições, antagonismos e necessidades inerentes às relações capitalistas. O que ressalta a importância de não simplificar as complexidades, mas sim compreendê-las como parte integrante de uma totalidade social. Nos territórios onde a dominação assume múltiplas dimensões, abordando questões de gênero, raça, imperialismo, colonialismo e eurocentrismo, percebe-se que a realidade é atravessada por relações desiguais de poder, como as de centro-periferia e de classe (Segato, 2012). Assim, torna-se visível como na constituição das relações capitalistas surge um fenômeno de inferiorização subjetiva e simbólica, permeando a classificação de segmentos da sociedade (Fanon, 2008). A busca por uma compreensão teórica abrangente da totalidade da atividade humana, em contraposição à distorção do mundo das coisas na sociedade capitalista, apresenta-se como um desafio. Assim, a aspiração pela emancipação transcende a mera reestruturação igualitária da dicotomia e implica, principalmente, questionar os próprios termos identitários cultural e espacialmente e a construção das categorias envolvidas nesse processo. Isso evidencia a necessidade de mudanças nas formas de compreensão e na utilização de categorias fundamentais da economia política, uma vez que passam por uma transformação tanto em termos semânticos quanto operacionais na contemporaneidade (Gorz, 2005). Nessa perspectiva, a luta de classe surge como uma questão central e elemento crítico indispensável, opondo-se à gênese da constituição social dominante e opressora como natural e imutável. Sendo assim, observa-se como a luta de classes, entendida como um processo, não pode ser relegada a algo secundário a ser resolvido pela assimilação de um passado regido por leis trans-históricas incorporadas nas estruturas sociais contemporâneas, mas sim como uma ferramenta crítica para a transformação social.

Conclusão

Ao explorar as diversas dimensões da configuração capitalista, o estudo buscou desvelar os mecanismos que estruturam as dinâmicas sociais características dessa sociabilidade específica. Assim, a análise procurou revelar uma complexa tessitura de relações entrelaçadas na reprodução do sistema capitalista, enfatizando a necessidade premente de reconhecer a multiplicidade de forças vetoriais que moldam essa sociabilidade. Nesse sentido, a acumulação primitiva, encarada como um processo social permanente, enraíza-se na estrutura das relações de produção capitalista. Destacada a persistência da separação entre produtores diretos e meios de subsistência, tem-se que a compreensão da fetichização do trabalho implica na compreensão do processo de desunidade da aparência da sociedade capitalista. A alienação do trabalho, embora central, não anula completamente a potência do trabalho concreto. Nesse sentido, a subjetividade encontra suas fronteiras na capacidade do indivíduo de reconectar-se com seu “fazer humano”. Sob essa ótica, verifica-se como a multiplicidade, fragmentação e diferença, muitas vezes celebradas como expressões de emancipação, são submetidas à lógica de mercado. A abordagem crítica à noção de identidade destacou a urgência de resgatar a diferença como categoria essencial para compreender as contradições do capitalismo contemporâneo e sua luta de classes. Assim, a luta pela diferença não pode ser confinada a esferas conceituais, mas deve transcender para a prática social ao desafiar a imposição da identidade homogênea e promover a valorização das singularidades junto à coletivização, compreendendo o sujeito como parte de um contexto conflituoso e em constante movimento.

A inversão do sujeito social no objeto econômico revela a transformação das relações sociais em interações entre coisas reificadas. Diante disso, mostrou-se como a formação das classes sociais não está apenas vinculada às características do sistema de produção, mas relaciona-se à constituição no mercado mundial, revelando a complexidade das relações sociais capitalistas. Nessa realidade, o mercado mundial emerge como uma força coercitiva objetiva, ampliando a análise para além das fronteiras nacionais, abarcando diferentes níveis de manifestações cartulares. Assim, foi evidenciada a intersecção de fatores históricos, econômicos, culturais e políticos que configuram a globalização e a mercantilização, revelando a relação entre mercado mundial e a luta de classes, destacando o Estado justamente como expressão da luta entre classe e trabalho no contexto global. Sendo assim, ao mesmo tempo que a formação da classe trabalhadora é essencial para a reprodução do sistema, ela é portadora do potencial transformador que pode transcender as limitações impostas pela lógica do capital.

Sob essa perspectiva, a introdução do conceito de território como mais do que uma entidade geográfica estática enfatiza a importância das vivências cotidianas na construção do espaço social. O território, permeado por relações de poder, identidades generificadas, raciais, linguísticas e culturais, revela-se um campo dinâmico de resistência e produção, onde as práticas sociais moldam e são moldadas pelo seu uso. Explorar esse cenário instiga a reflexão não apenas sobre as estruturas

vigentes, mas também sobre as possibilidades de transformação presentes na própria constituição das relações sociais. A análise expandida do território como *locus* de resistência destaca a importância de considerar as formas interconectadas de opressão, promovendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais de maneira interdisciplinar e interseccional. Assim como, procurou-se evidenciar como a formação das classes sociais não está apenas vinculada às características particulares de seu sistema de produção sob um olhar determinístico e economicista, mas relaciona-se à uma constituição no mercado mundial que se manifesta de forma particular e sob diferentes níveis de concretudes territoriais, sendo esse um espaço em contradição que revela o processo de luta entre as necessidades locais e as contingências globais inerente às relações capitalistas.

Sendo assim, não apenas buscou-se revelar as intrincadas redes de exploração da atual ordem social capitalista, mas também apontar caminhos possíveis de emancipação. A urgência de resgatar formas alternativas de organização social, que rompam com as dicotomias do sistema de gênero ocidental, colonial e moderno, é destacada para catalisar reflexões e ações que impulsionem uma transformação profunda na estrutura social, visando uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente emancipada. Assim, ao invés de focalizar mudanças de cima para baixo, é crucial adotar uma abordagem que perceba o território como um conceito dinâmico em constante expansão. Em meio às múltiplas crises contemporâneas, torna-se fundamental evitar uma perspectiva exclusivamente localista ou macro da realidade histórico-material a fim de promover uma compreensão do ser e do agir humano dentro de uma totalidade social, e não como um categoria ad hoc. Dessa forma, ao colocar uma lente sob as diversas formas de existência, categorias e territorialidades que constituem as relações sociais capitalistas, bem como nos conflitos inerentes a essa sociabilidade, ressalta-se a necessidade de empreender processos de luta em diversos níveis de concretude. Isso com o intuito de dismantelar as estruturas hierarquizantes, abrindo espaço para a construção de um modo de saber e viver transgressor, que longe de se restringir a respostas absolutas e imutáveis, ganha potência por meio de perguntas e do processo contínuo de transformação social.

Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Editora Zahar, 2009.

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

BELLOFIORE, R. *The concept of Labor in Marx*. *Journal of Political Economy*, vol. 28, no. 3, Fall, p. 4-34, 1998.

BONEFELD, W. *Human Practice and Perversion: Between Autonomy and Structure*. *Common Sense*, v. 15, 1994.

- BONEFELD, W. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Bloomsbury, Londres/Nova Iorque, 2014.
- BONEFELD, W. *Primitive accumulation and Capitalist Accumulation: notes on social constitution and expropriation*. *Science & Society*, Vol. 75, No. 3, July, 2011.
- BONEFELD, W. *Foucault ante la crítica de la economía política: Una entrevista con Werner Bonefeld*. Dorsal. *Revista de Estudos Foucaultianos*, p. 131-141, 2022.
- BONNET, A. *Antagonism and difference: negative dialectics and poststructuralism in view of the critique of modern capitalism*. In: HOLLOWAY, J.; MATAMOROS, F.; TISCHLER, S. (Ed.). *Negativity & revolution: Adorno and political activism*. London: Pluto, p. 41-78, 2009.
- BRAUNMÜHL, C. *On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context*, in: ed. John Holloway and Sol Picciotto, *State and Capital* (London 1978), 1978.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BUTLER, J; SPIVAK, G. *Quem canta o Estado-nação?: língua, política, pertencimento*. Tradução Vanderlei J. Zacchi, Sandra Goulart Almeida. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.
- CABNAL, L. *Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. In: LAS SEGOVIAS. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* [online]. ACSUR, 2010.
- CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CLARKE, S (ed.). *The State Debate*. London: Palgrave, 1991.
- COLOMBINI, I. *Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000*. Tese (doutorado), 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].
- DELEUZE, G. *Abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista concedida a Claire Parnet. 1988-1989. Disponível em: [O abecedário de Gilles Deleuze – askesis \(hypotheses.org\)](http://askesis.hypotheses.org). Acesso em 16 de jan. 2024.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.3*. Rio de Janeiro: 34, 1996.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Lisboa: Ed. 70, 1966.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017
- FEDERICI, S. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)*. Tradução Andrea Daher. 1º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GAGO, V. *A potência feminina, ou o desejo de transformar tudo*. 1º ed. São Paulo: Elefante, 2020.
- GORZ, André. *O Imaterial: Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, D. *A companion to Marx's Capital*. Londres: Verso, 2010.
- WEEKS, K. *El problema del trabajo - feminismo, marxismo, políticas contra el trabajo y imaginarios más allá del trabajo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.
- MARCUSE, H. *Negations: Essays in Critical Theory*. With Translations from the German by Jeremy J. Shapiro, 2009
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 905-952, 2014.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. (org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, p. 52-83, 2019.
- MARX, K. *A Contribution to the Critique of Political Economy* (1859), in K. MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 29. London: Lawrence & Wishart, 1987.
- MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 199.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Supervisão editorial: Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider, colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O Capital*. Volume III. São Paulo: Nova Cultura, Coleção “Os Economistas”, 1986.
- MARX, K; ENGELS, F. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 43, *Marx and Engels: 1868–70, Letters*, New York: International Publishers, 1988.
- MIES, M; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Editora Luas, 2021.
- PAREDES, J. *El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio*. Corpus, Mendoza, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2017.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao Estado suicidário. N-1 edições. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/004>. Acesso em 29 jan. 2024.

SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, B. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 7ªed., São Paulo: Cortez, 1999 [1994].

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES, v. 18, p. 1-5, 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.